



ATA - 03ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA- 2023. O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC), no dia 04 de abril de 2023, no formato híbrido, realizou a 03ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC, do referido ano, sob a condução da Conselheira e Presidenta do CEDIM/SC, Rosaura de Oliveira Rodrigues. A 03ª Reunião Plenária Ordinária contou com a presença das **Conselheiras representantes das Organizações Governamentais**: Conselheira Titular Débora Barbosa e sua suplente, Manuela Ribeiro, representantes da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família; a Conselheira Suplente Luciana Pereira Schubert, representante da Secretaria de Estado da Administração; a Conselheira Titular Gláucia de Oliveira Assis, representante do Laboratório de Relações de Gênero e Família da Fundação Universidade do Estado de SC - UDESC; Conselheira Titular Aline Pallaoro, representante da Secretaria de Estado da Educação; Conselheira Titular Mariana Dutra, representante da Procuradoria Geral do Estado; Conselheira Titular Patrícia Zimmermann, representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública e a Conselheira Titular Rachel Aust, representante da Secretaria de Estado da Agricultura. Participaram também as **Conselheiras representantes das Organizações Não Governamentais**: Conselheira Titular Francine Costa e sua Suplente Fernanda Cardozo, representantes do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC); Conselheira Titular Rosaura Rodrigues, representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Conselheira Titular Sheila Sabag representante da Associação Casa da Mulher Catarina; Conselheira Titular Rosemeri Prado e sua Suplente, Liliana Piscki Maes, representantes da Central Única de Trabalhadores - CUT/SC; Conselheira Titular Romi Ruff e sua suplente, Jurema dos Santos, representantes da BPW - Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais da Grande Fpolis; Conselheira Titular Erli Aparecida Camargo, representante do Fórum de Mulheres do Mercosul - Seção Lages e Conselheira Titular Daniele Soares, e sua suplente, Albertina Bertotto, representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de SC - FETAESC. **Justificaram a ausência**: Conselheira Titular Júlia Melim, representante do Instituto Movimento Jovem de Araquari e a Conselheira Suplente Monique Meneses, representante da Secretaria de



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

Estado da Saúde. Participaram ainda, enquanto convidadas: a nova Secretária de Estado da SDS, Sra. Alice Kuerten; a futura Conselheira Titular Viviane Silva, representante da Secretaria de Estado da Educação; a futura Conselheira Titular Luciane dos Passos, representante da Secretaria de Estado da Administração; a futura Conselheira Suplente Denise Paes, representante do Fórum de Mulheres do Mercosul -Seção Lages; a futura Conselheira Suplente, Thaís Barros, representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública; as futuras Conselheiras Titular Paula Lopes e sua suplente, Joseane Nazário, representantes do CRP 12; a futura Conselheira Suplente, Margot Zetsche, representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; a futura Conselheira Suplente Juliana Rossetto, representante da Secretaria de Estado da Agricultura; a futura Conselheira Suplente Juliane Tavares, representante do Instituto Movimento Jovem de Araquari; a futura Conselheira Titular Simone Schaffer, representante da Marcha Mundial das Mulheres; a futura Conselheira Suplente Alessandra da Silva, representante do Movimento Mulheres do Litoral e a nova Diretora de Direitos Humanos da SAS, Ana Carolina de Castro Freitas Santos. A 03ª Plenária Ordinária do CEDIM/SC do ano de 2023 teve a seguinte pauta: 1. Levantamento do Quórum; 2. Justificativas de ausências; 3. Aprovação da Ata da 02ª Plenária Ordinária – Ano 2023, realizada em 07 de fevereiro de 2023; 4. Aprovação da Ata da 02ª plenária Extraordinária - Ano 2023, realizada em 16 de março de 2023; 5. Relato - Emendas Impositivas e atualização sobre tramitação do processo do Curso de Formação de Conselheiras; 6. Comissões: 6.1 Comissão de Comunicação; 6.2 Comissão de Legislação, Normas e Orçamento; 6.3 Comissão de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres; 6.4 Comissão Eleitoral; 6.5 Comissão de Formação; 6.6 Comissão Intersetorial - Pacto Estadual Maria da Penha; 7. Relatório da Gestão 2021-2023; 8. Despedida da Gestão 2021-2023 e boas vindas às novas Conselheiras - Gestão 2023-2025; 9. Informes Gerais; 10. Encerramento. **Aberta a reunião**, após levantamento do quórum e aprovação das justificativas de ausências, Rosaura agradeceu a presença de todas, e deu continuidade à pauta, ressaltando que o 1º momento da reunião será a última plenária da atual gestão e a partir das 16h será o momento da posse das novas conselheiras. Antes de seguir com a pauta, todas as



conselheiras se apresentaram. Após, Carol passou para o item **3. Aprovação da Ata da 02ª Plenária Ordinária – Ano 2023, realizada em 07 de março de 2023.** **04. Aprovação da Ata da 02ª Plenária Extraordinária – Ano 2023, realizada em 16 de março de 2023.** Sem objeções, as referidas atas foram aprovadas. Ato contínuo **5. Emendas Impositivas e atualização sobre tramitação do processo do Curso de Formação de Conselheiras.** Débora (20 min) relata que sua preocupação no momento é definir o número de turmas com seu respectivo número de alunas por turma. Débora enfatiza que essa definição precisa ser feita para que o processo seja encaminhado ao gabinete para posterior assinatura do contrato com a ENA. Débora então sugere que para que sejam ofertadas as 665 vagas conforme elaborado no 1º Termo de Referência, sejam 10 turmas de 60 alunas e 01 turma de 65 alunas e que seja feito o indicativo das professoras para a ENA conforme descrição do currículo e não citar nomes delas. Débora enfatiza que deverá constar no contrato que caso em um dos módulos falte professora, que seja responsabilidade da ENA providenciar a substituição. Francine ressalta que o próprio Instituto de Estudos de Gênero da UFSC possui uma lista de estudantes de doutorado que estão finalizando o curso e à disposição para ministrar aulas. Rosaura informa que o objetivo principal do curso é incentivar as alunas a criarem novos conselhos municipais dos direitos das mulheres pelo estado, uma vez que SC possui apenas 29 conselhos ativos e ressalta que é necessário e urgente que esse processo seja encaminhado para a ENA para que o curso seja logo iniciado e que caso fiquem dúvidas ou necessidade de ajustes, que passe pelo crivo do CEDIM, mas o que importa é fazer o processo andar, que a comissão de formação seja envolvida no acompanhamento do processo. Outro ponto apresentado por Rosaura foi o fato de que caso não se consiga efetivar as 665 matrículas, que fique claro no Termo a opção de utilizar o restante do recurso para ofertar um curso em uma outra modalidade conforme já debatido na plenária de 07 de março. Gláucia sugere que seja colocado uma estimativa de data de início do curso, pelo menos para as professoras e as alunas já inscritas irem se organizando e também que seja indicado o perfil das professoras e Débora relata que irá discutir com as professoras para que seja no mês de agosto o início do curso e verificará com a ENA se essa indicação das professoras é permitida.



Débora também relata que será verificada junto ao jurídico da SAS a possibilidade de alterar a nomenclatura do curso. Erli ressalta que a indicação do nome das instituições não é permitida no Termo de Referência, somente a indicação dos pré-requisitos dessas instituições. Sheila ressalta que se for indicado critérios para instituições como a UFSC por exemplo, que talvez uma das professoras interessadas em dar o curso, que é de São Paulo, não consiga ministrar, porém Rosaura aproveita para esclarecer que os laboratórios de estudos que poderão se inscrever no curso possuem professoras de outros estados e não somente da UFSC e que a aprovação final do currículo passará pelo CEDIM. Erli sugere que seja agendada uma reunião da comissão de formação para alinhar o que foi discutido na plenária. Viviane concorda e acrescenta que as comissões precisam se reunir antes da plenária para que os assuntos já venham alinhados para deliberação. **6. Comissões: 6.1 Comissão de Comunicação:** Não houve pauta. **6.2 Comissão de Legislação, Normas e Orçamento.** Carol (1h11min) relata que encaminhou por email para todas as integrantes cópia do projeto de lei sobre o protocolo “Não se cale”, autoria do Governo do Estado de SC sobre a criação de um protocolo de atendimento à vítima de violência sexual em casas noturnas ressaltando que o gabinete da SAS não determinou prazo para resposta porém pediu celeridade. Viviane sugere que assim que a comissão de normas estiver com as novas integrantes da nova gestão, que seja novamente encaminhado e a comissão dará um prazo para devolver ao gabinete. Sheila acrescenta que a Carol fará um ofício ao gabinete justificando a mudança de gestão no CEDIM e que em breve o parecer será enviado. Ainda sobre essa comissão, Sheila faz um breve relato da reunião realizada com o município de Biguaçu que tem interesse em criar o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, onde estavam presentes Sheila e Carol representando o CEDIM e o secretário de Assistência Social, a Gerência da Gestão do SUAS e o Prefeito Municipal representando o município. Como encaminhamento, ficou a sugestão de que a nova comissão de normas, legislação e orçamento encaminhe ofício ao município questionando o andamento do processo de criação do conselho municipal. **6.3 Comissão de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.** Sheila relata (1h21min) que participou da reunião do GT Aborto Legal do Centro Operacional de



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

Saúde Pública do Ministério Público e que na reunião foi informado que a cartilha já está pronta e aprovada pelos integrantes do GT e que agora passará pela edição final e em breve será publicada em formato digital. Sheila destaca que surgiu uma preocupação no grupo em relação ao parecer jurídico citado pela representante da Polícia Civil que informa acerca da Lei 13.931/19, que trata da notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher nos serviços de saúde. E esse parecer difere da interpretação do próprio MP; do NUDEM da Defensoria Pública; do Hospital Regional de São José e do Ministério Público Federal que estavam presentes na reunião, pois como a essa lei ainda não foi regulamentada a Polícia Civil entende que a notificação deve ser compulsória pelo profissional de saúde e que caso não o faça, esse profissional estaria cometendo um crime. Sheila relata então que a representante da Polícia Civil não conseguiu explicar que tipo de crime se enquadraria durante a reunião e sugere que esse tema seja debatido dentro da comissão de enfrentamento à violência, bem como o CEDIM deveria solicitar à Polícia Civil cópia deste parecer para ser analisado pelas conselheiras que formarão a nova comissão. Rosaura concorda e demonstra preocupação particularmente devido ao fato dela mesma ser uma profissional da saúde e como médica, estaria quebrando o sigilo médico se cumprir esse parecer. A Dra. Patrícia informa que o parecer institucional da Polícia Civil é de não proteção aos estupradores orientação de que seja preservada a lei. A Dra. Patrícia alega ainda que infelizmente o número de feminicídios vem aumentando pela não investigação, pelo não amparo de mulheres e comunicação desses crimes. Rosaura enfatiza que a solicitação será encaminhada para a Polícia Civil e a Dra. Patrícia questiona o motivo desse esclarecimento tendo em vista que a sua instituição está cumprindo a lei. Rosaura informa que é necessário esse esclarecimento uma vez que a Segurança Pública faz parte da construção do protocolo da interrupção legal da gestação que o CEDIM está elaborando. Como encaminhamento, ficou definido que esse assunto será ponto de pauta para a próxima gestão. **4 Comissão Eleitoral.** Carol (1h41min) informa que com a posse de hoje, essa comissão será extinta. **6.5 Comissão de Formação.** Erli (1h42min) informa que não fizeram uma reunião prévia pois estavam aguardando os informes dados pela Débora. Francine



acrescenta que alguns assuntos debatidos hoje já serão encaminhados para a próxima gestão que integrará essa comissão.

6.6 Comissão Intersetorial - Pacto Estadual Maria da Penha. Carol (1h43min) informa que segue o mesmo encaminhamento da comissão anterior, que assim que a nova comissão for composta, as reuniões serão retomadas e destacou por fim que a assessoria do gabinete da Deputada Luciane Carminatti está questionando o calendário de reuniões tendo em vista que fazem parte das discussões.

7. Relatório da Gestão (2021-2023). Carol (1h44min) questiona se todas as conselheiras receberam cópia do documento enviado por email e Rosaura destaca que os dois últimos anos foi um período atípico para o CEDIM devido à pandemia e que em nenhum momento o conselho parou, que as comissões continuaram trabalhando mesmo remotamente e que a única afetada foi a comissão do Pacto que dependia de parceiros externos, como outros órgãos que assinaram o Pacto Maria da Penha. Rosaura enfatiza a importância da leitura principalmente para as conselheiras que estão chegando e acrescenta que ainda será necessário o cumprimento do próprio Pacto e a elaboração do Plano Estadual de Políticas para Mulheres que o Estado de SC ainda não possui. Por fim Rosaura agradece a participação das conselheiras na construção desse material e enfatiza que todos os debates e decisões foram feitas de forma coletiva. Erli destaca que foi nessa gestão que foi criada a comissão de formação e que essa comissão provou ser necessária e fez muita diferença no trabalho do CEDIM.

8. Despedida da Gestão 2021-2023 e boas vindas às novas Conselheiras - Gestão 2023-2025. Rosaura (1h54min) informa que nesse momento se dará a posse das novas conselheiras conforme cerimonial coordenado pela Gerência de Eventos e Assessoria de Comunicação da SAS. Como autoridades, estavam presentes Dra. Hildemar Meneguzzi de Carvalho, coordenadora do CEVID-TJSC; a Diretora de Direitos Humanos da SAS, a Sra. Ana Carolina Freitas Santos; Emília Fernandes, Presidenta Nacional do Fórum de Mulheres do Mercosul Capítulo Brasil e ex-Ministra de Políticas para Mulheres; a Gerente de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos da SAS, Débora Barbosa e a Secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS), Sra. Alice Kuerten. Passou-se a palavra para a Presidenta Rosaura que fez seu discurso destacando que a Gestão atual precisa elaborar o Plano Estadual dos



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

Direitos das Mulheres pois é necessário planejar ações intersetorialmente; Consolidar o Plano Estadual Maria da Penha e Finalizar o processo de formação das conselheiras com o recurso das Emendas Impositivas. Ato contínuo, a Secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, Sra. Alice Kuerten fez o uso da palavra para homenagear as novas conselheiras e colocar a Secretaria e sua equipe à disposição para auxiliar o CEDIM no que for necessário. Por fim, as novas conselheiras foram empossadas. **9. Informes Gerais.** Finalizando a reunião, ficou definido que em virtude do adiantar do horário, a eleição da Mesa Diretora será realizada em uma plenária extraordinária dia 13 de abril às 13h no formato virtual. **10. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, Rosaura agradeceu a participação de todas e deu-se por encerrada a 03ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC - Ano 2023. Eu, Carolina, Secretária do Conselho, lavrei a presente Ata. Link para acessar a gravação da reunião:

https://drive.google.com/file/d/1S4gyvP-3oX6G4QSMGcJAQIVGn0uap0qT/view?usp=share_link